



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 2099 15/03/2021

Efeitos da PEC Emergencial sobre o servidor público

Na manhã desta segunda-feira, 15, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda à Constituição 186/19, que permite ao governo federal pagar, em 2021, um novo auxílio emergencial aos mais vulneráveis, com R\$ 44 bilhões por fora do teto de gastos. Conhecida como PEC Emergencial, o texto também impõe mais rigidez na aplicação de medidas de contenção fiscal, controle de despesas com pessoal e redução de incentivos tributários.

Um artigo assinado pelo cientista político Antônio Augusto de Queiroz, publicado na última sexta-feira, 12, explica quais os efeitos da PEC Emergencial para os servidores Públicos. Para o autor, a Proposta de Emenda à Constituição nº 186/2019 traz consequência negativas de curtíssimo, médio e longo prazos sobre os servidores públicos, em particular, e sobre a sociedade, em geral. A PEC foi concepção, de um lado, para dificultar ou impedir o Estado de expandir os gastos públicos com políticas sociais e com pessoal, e, de outro, para ampliar espaço de gastos discricionários, como investimentos e pagamento de juros e encargos da dívida, mediante o emprego de gatilhos que congelam gastos essenciais e suspendem a expansão de novas políticas públicas com reflexos sobre as finanças públicas quando configuradas três situações: 1) na União, quando a relação entre despesa primária obrigatória e despesa primária geral alcançar 95%, e nos Estados e municípios, quando a despesa corrente atingir 95% das receitas correntes; 2) quando for aprovada a lei complementar das finanças públicas sobre sustentabilidade da dívida, que prevê novas suspensões e vedações de gastos; e, independentemente da questão fiscal, 3) quando for decretado estado de calamidade pelo Congresso Nacional.

Para Antônio Augusto, a sociedade em geral, especialmente os mais pobres, será prejudicada com menos serviços públicos e menos participação no orçamento, e os servidores, escolhidos como a variável do ajuste, pagarão a conta com suspensão de reajuste salarial, com congelamento de progressão e promoção e com o

aumento de contribuição para o regime própria de previdência, além do já implementado aumento de alíquotas previdenciárias. E o mais bizarro é que a equipe econômica do governo, liderado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda queria incluir um dispositivo na PEC Emergencial para permitir redução de salário com redução de jornada do servidor. Resta saber quanto tempo levará para que essa ideia nefasta seja colocada novamente na pauta do governo.

Leia o artigo na íntegra no site do Consultor Jurídico
Link: <https://bit.ly/30Zq7xb>

Quem mandou matar Marielle Franco?



São 3 anos de impunidade. Marielle Franco e seu motorista Anderson foram brutalmente assassinados em 14/03/2018. Investigações apontam o PM reformado Ronnie Lessa como o executor e o ex-PM Elcio Queiroz como seu motorista no momento do crime. Lessa era vizinho de condomínio do presidente Jair Bolsonaro e está preso. Os mandantes do crime estão impunes. Não esqueceremos.

Via: @Fonasefe1

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos/ Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves

#DEFESADAVIDA #DEFESADOSERVIÇOPÚBLICO #CONTRAACOV19 #VACINAPARATODOSJÁ